



Traduzir é produzir: os debates feministas sobre o gênero na França e na Alemanha

Translating is productive: The French and German feminist gender debates

Cornelia Möser

Centre National de la Recherche Scientifique
Paris, França

cornelia.moser@cnrs.fr 

<https://orcid.org/0000-0001-9629-6536> 

Tradução de:

Maria Teresa Mhereb

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

teresamhereb@gmail.com 

<https://orcid.org/0000-0001-7458-8829> 

Resumo: Este artigo demonstra a produtividade da tradução tomando como exemplo o debate feminista sobre o gênero na França e na Alemanha. Aborda, primeiro, o gênero na tradução, sua relação com o nacionalismo e o papel exercido pela figura do intraduzível nesse contexto para, em seguida, levantar os potenciais de agência na tradução e, finalmente, reler sob essa ótica os debates feministas sobre o gênero nos dois referidos países. A pesquisa feminista revela-se, então, como local particularmente instrutivo para a compreensão da produtividade da tradução, ainda que essa produtividade não seja automaticamente emancipadora.

Palavras-chave: teorias do gênero; teorias viajantes; França; Alemanha; desconstrutivismo.

Abstract: The productivity of translation is exemplified in this article by an analysis of the French and German feminist gender debates. In the first part, gender in translation is examined in its connection to nationalism, more specifically at the example of the untranslatable. In the following, potentials of agency in translation are drawn from the analysis of the feminist gender debates that are discussed in this perspective. Feminist research turns out to be a particularly instructive site for understanding the productivity of translation, yet this productivity is not automatically liberatory.

Keywords: gender turn; travelling theories; France; Germany; deconstructivism.



I. Introdução

Qualquer pessoa que já tenha se envolvido em um processo de tradução viu-se confrontada, em algum momento, com o intraduzível. A dificuldade de tolerar sua existência sem, com isso, transformá-lo em algo absoluto ou intransponível talvez revele justamente o desejo de uma tradução perfeita, sem restos, sem ambiguidade. Nesse desejo reside a aspiração a uma *Ganzheit*, a uma *wholeness*, *intégrité* ou *totalité* – a uma integridade ou totalidade, uma posição que teme tudo o que não seja puro e claro, que traga em si a marca da dúvida ou da incerteza. É por isso que Rey Chow constata que “a virada melancólica colocou a tarefa da tradutora na ordem do dia”¹ (Chow, 2008, p. 576). A tarefa da tradutora² para Walter Benjamin, como sabemos, implica a tradutibilidade geral.

[A] tradução tende a expressar o mais íntimo relacionamento das línguas entre si [...], toda tradução é apenas um modo de alguma forma provisório de lidar com a estranheza das línguas. [...] Fidelidade e liberdade [...] não parecem mais servir para uma teoria que procura na tradução algo mais do que a mera reprodução do sentido. [...] A verdadeira tradução é transparente, não encobre o original, não o tira da luz; ela faz com que a pura língua, como que fortalecida por seu próprio meio, recaia ainda mais inteiramente sobre o original. [...] Redimir na própria [língua] a pura língua, exilada na estrangeira, liberar a língua do cativo da obra por meio da recriação – essa é a tarefa do tradutor. Por ela, o tradutor rompe barreiras apodrecidas da própria língua (Benjamin, 2008, pp. 69–79).

Segundo Benjamin, todas as línguas remetem à “língua verdadeira”, ou “pura língua”, universal, à qual toda tradutora deve aspirar. Essa é sua “tarefa”. A tradução perfeita deixa o original emergir como um rastro, não para tornar o texto acessível a um público, a uma leitora – não é isso que interessa à Benjamin –, mas, antes, para expressar a íntima relação existente entre todas as línguas. A teoria feminista enquanto produção multilíngue, transnacional e transformadora reflete e trabalha esse processo em diversos níveis. Na prática, ela deve traduzir entre as diferentes línguas nas quais é pensada e escrita; no plano da teoria, ela exprime sempre essa negociação entre diferentes vivências e uma libertação universal. Se a mulher incarna a diferença face ao suposto universal, as mulheres, entre si, também são diferentes. E se todas querem se libertar, isso não significa que todas serão idênticas uma vez alcançada essa libertação. Assim, o pensamento feminista ajuda a compreender a tradução como processo extremamente ambíguo, que não é nem positivo nem negativo em si mesmo, mas que pode ser um ou outro a depender dos contextos, das implicações políticas e hegemônicas ou das questões que são colocadas por aquelas que traduzem e/ou pensam a tradução. Para expor esses processos, apresentarei, primeiro, minha própria compreensão da tradução; em seguida, trarei elementos sobre os debates feministas sobre o gênero na França e na Alemanha como questões de tradução, para, por fim, apresentar uma reflexão sobre a tradução feminista.

¹ (N.T.) “*The melancholy turn has brought the task of the translator up-to-date*” (Chow, 2008, p. 576).

² Para uma melhor legibilidade, emprego o feminino universal, pelo qual designo todos os gêneros. Quando me refiro especificamente às mulheres, isso é explicitado. (N.T.) Nesta tradução, procurei aderir à postura da autora face a questões de gênero na linguagem.

2. Traduzir o feminismo: *gender* – *genre* – *Gesdchlecht* – gênero

Questões de tradução tiveram papel bastante importante nos debates feministas sobre o gênero na França e na Alemanha. Foram criticadas más e falsas traduções, e chegou-se mesmo a questionar a possibilidade de traduzir a noção ou conceito de *gender* (gênero) para o alemão ou o francês. Tratava-se, com efeito, de saber como traduzir teorias universitárias em ação política, ou, ao contrário, como traduzir as experiências dos movimentos de mulheres em saberes universitários para a pesquisa feminista. Assim, em primeiro lugar, gostaria de definir o que entendo por tradução.

Como Naoki Sakai (2005, p. 2363), considero que todo ato de “projetar, trocar, combinar, relacionar e mapear”³ pode ser visto como um ato de tradução, não importando a existência ou não de palavras. Desse ponto de vista, não se distingue mais aquilo que é de ordem linguística e aquilo que não é. De fato, para falar do debate sobre o gênero, é preciso extrapolar o quadro linguístico, ainda que a linguística exerça nele um papel importante. Se admitimos que um texto incorpora sempre mais do que palavras, que seus significados remetem constantemente a múltiplas conexões que se encontram nas relações culturais, sociais e políticas, é bastante lógico não nos restringirmos à etimologia ou à linguística para analisar esses processos de tradução.

A equivalência que Heidegger estabeleceu entre tradução e interpretação ilustra a opinião segundo a qual a tradução é apenas uma transmissão parcial do original na língua de chegada (Heidegger, 1979). Há, portanto, uma perda. No entanto, essa opinião anuncia também que há um suplemento, um excedente que a tradução possui em relação ao original. Encontramos essa imagem também em Benjamin, em sua metáfora do manto real que recai com suas vastas pregas em torno ao conteúdo do original (Benjamin, 2008). Essa exuberância lembra o *suplemento*, o *a mais* de que dispõe a tradução. O texto de Benjamin é repleto de metáforas, as quais ele chama imagens do pensamento (*Denkbilder*). Encontramos, aliás, uma enorme quantidade de metáforas nas teorias da tradução, algumas mais bem sucedidas do que outras.

Em *Gênero e a metafórica da tradução*, Lori Chamberlain (1998 [1988]) mostra, com sua análise dos símbolos generificados e sexistas nos textos teóricos sobre a tradução, que a relação entre original e tradução é repleta de preocupações paternalistas. Retomando os numerosos debates sobre o paradigma da tradução conhecido como *belas infieis*⁴, Chamberlain atualiza as imagens e metáforas sexistas que exprimem preocupações masculinistas quanto à garantia de filiação. O processo de tradução é descrito como uma castração do autor do original, uma apropriação de seu falo que passa pela apropriação de seu texto (sua mulher): na apropriação de um texto, o tradutor despiria tal texto (feminino) de tudo aquilo que é supérfluo, os cabelos, as unhas. Um assunto de homens.

Dessa forma, o tradutor pode reivindicar a paternidade do texto. “[Ele] exige um falo, porque é a única forma, num código patriarcal, de reclamar a legitimidade do texto” (Chamberlain, 1998, p. 51). Chamberlain nos lembra também como Serge Gavronsky descobre nas representações generificadas da tradução um triângulo edípico que é descrito por ele da seguinte maneira: “O tradutor se considera o filho do pai-criador, seu rival, enquanto o texto se torna objeto de desejo,

³ (N.T.) “[...] *projecting, exchanging, linking, matching and mapping*” (Sakai, 2005, p. 2363).

⁴ Essa expressão sugere que as traduções são “como as mulheres”, ou são belas ou são fiéis.

aquele que foi completamente definido pela figura paterna, a caneta-fálica”⁵ (Gavronski apud Chamberlain, 1998, p. 46).

Em um cenário tão competitivo como esse, é difícil imaginar que algum amor possa emergir entre “o original e sua sombra”, ou de que modo uma tradutora poderia se entregar, se abandonar completamente ao original (*to surrender to the text*), como reivindica Gayatri Chakravorty Spivak: “Entregar-se em tradução é mais erótico do que ético”⁶ (Spivak, 1993a, p. 400). Sua reivindicação de uma entrega, ou abandono, é uma alusão ao texto de Benjamin, *A tarefa do tradutor* (*Die Aufgabe des Übersetzers*), e ao duplo sentido da palavra em alemão *Aufgabe*, que significa ao mesmo tempo *tarefa* e *abandono/capitulação/entrega*. Assim, para Spivak, uma tradutora se entrega, abandona a si mesma por amor ao texto⁷.

Pode-se constatar, então, que a relação entre original e tradução é ao menos dupla: de um lado, é redutora, do outro, criadora, também porque o original sobrevive na tradução. “Nelas [nas traduções], a vida do original alcança seu desenvolvimento último, mais amplo e sempre renovado” (Benjamin, 2008, p. 85). “Pois na continuação de sua vida (que não mereceria tal nome se não se constituísse em transformação e renovação de tudo aquilo que vive), o original se modifica” (Benjamin, 2008, p. 70). A abordagem desconstrutivista dessa consideração é evidente, pois a língua do original e aquela da tradução não são concebidas como fixas e duráveis, mas como modificáveis no tempo e no espaço (à imagem do “terceiro espaço” de Bhabha, 2018). Esta discussão das autoras que introduzem minha noção de tradução apresenta-a, portanto, como um processo ao mesmo tempo político e potencialmente criador, que, no passado, conheceu uma forte tradição patriarcal, depois desafiada pela crítica feminista. A tradução é lugar em que se negociam pertencimentos, filiações e identidades, e possui potencial tanto emancipador quanto conservador.

O que é que sobrevive das teorias feministas viajantes anteriores nas teorias do gênero? O que se perdeu pelo caminho? Por que o termo *gender* foi declarado intraduzível na França? A figura do intraduzível está estreitamente ligada às questões que animam o nacionalismo.

2.1 Intraduzibilidade e nacionalismo

Além disso, o aprendizado de muitas línguas prejudica por fazer acreditar que se tem habilidades, e realmente confere algum prestígio sedutor no trato social; também prejudica indiretamente, ao obstar a aquisição de conhecimentos sólidos e a intenção de ganhar de maneira séria o respeito das pessoas. Por fim, é como um golpe de machado na raiz do refinado sentimento da língua que se tenha do idioma materno: ele é incuravelmente ferido e arruinado. Os dois povos que produziram os maiores estilistas, os gregos e os franceses, não aprenderam línguas estrangeiras (Nietzsche, 2008, p. 134).

Nos escritos sobre a tradução, encontram-se tradicionalmente contribuições que fazem dela questão de orgulho nacional. São textos diferentes e que emergem de contextos diferentes, mas

⁵ (N.T.) “The translator considers himself as the child of the father-creator, his rival, while the text becomes the object of desire, that which has been completely defined by the paternal figure, the phallus-pen” (Gavronsky, 1977, p. 55).

⁶ (N.T.) “To surrender in translation is more erotic than ethical” (Spivak, 1993a, p. 400).

⁷ O termo *surrender* empregado por Spivak é, com efeito, uma das traduções possíveis para o inglês da palavra em alemão *Aufgabe*. No entanto, a conotação desse verbo na expressão *to surrender in love* (apaixonar-se) não se encontra em *Aufgabe*, e seria melhor traduzida por *Hingabe*.

que evocam uma problemática similar. Uma variação menos radical desse discurso se encontra, por exemplo, em Wilhelm von Humboldt, em carta a August Wilhelm Schlegel de 23 de julho de 1796:

Toda tradução me parece ser uma tentativa de resolver uma tarefa impossível. Pois cada tradutor cairá sempre em uma das duas armadilhas: ater-se demasiado ao original, a despeito do gosto e da língua de sua nação, ou ater-se demasiado às particularidades de sua nação, a despeito do original. O equilíbrio entre elas não é apenas difícil, mas simplesmente impossível⁸ (Humboldt *apud* Stolze, 1994, p. 60–61).

Nessa citação, a figura do intraduzível se torna uma questão que diz respeito à nação. A tradução – desse ponto de vista transcendental – é impossível porque as línguas são concebidas como definidas e limitadas. É precisamente aqui que se pode encontrar o paradoxo que leva, ao final, à solução do dilema e que, bem mais tarde, em uma perspectiva desconstrutivista, Naoki Sakai tratará com precisão:

Portanto, o intraduzível, ou o que parece sê-lo, não pode existir antes da enunciação da tradução. É a tradução que dá origem ao intraduzível. O intraduzível é um testemunho da sociabilidade do tradutor – cuja posicionalidade elusiva revela a presença de uma comunidade agregada de estrangeiros entre o remetente e o destinatário – tanto quanto o próprio traduzível⁹ (Sakai, 2005, p. 2364).

A figura do intraduzível remete à incapacidade da tradução de reproduzir o original em todas as suas facetas. Nesse sentido, Rada Ivekovic acrescenta: “É exatamente por isso que a tradução é imperfeita e inacabada; mas todo ‘original’ também não o é? Em outras palavras, resta sempre algo de intraduzido [...] A tradução é uma abertura de sentido, e nunca uma promessa de exaustividade”¹⁰ (Ivekovic, 2002, n.p.). É justamente nesse intraduzido, nessa “abertura de sentido”, que reside a possibilidade, e mesmo a necessidade, de traduzir. Uma posição que insiste na intraduzibilidade e renuncia à prática da tradução invocando uma barreira insuperável para a perfeição fixa uma diferença específica entre as entidades da língua de origem e da língua de chegada, da cultura de origem e da cultura de chegada.

Ivekovic nos lembra: “A experiência nos diz que a tradução ocorre sempre, e sempre insuficiente. [...] Ela é criação assim como ‘o original’, e tal qual pode ser boa ou não, mas independentemente”¹¹ (2002, n.p.). Encontramos esse *double-bind* na ordem que Jacques Derrida (1979, p. 145) lê no grafite “*Do not read me*” (Não me leia). O texto pede e recusa ao mesmo tempo sua tradução. Entre original e tradução há um contrato que os coloca em débito recíproco. Se é

⁸ (N.T.) “*Toute traduction me semble être une tentative de résoudre une tâche impossible. Car chaque traducteur doit toujours échouer sur un des deux écueils, s’en tenir trop à l’original en dépit du goût et de la langue de sa nation ou s’en tenir trop aux particularités de sa nation en dépit de l’original. Le juste milieu entre les deux n’est pas seulement difficile, mais tout simplement impossible*” (Humboldt *apud* Stolze, 1994, p. 60–61; em tradução do alemão para o francês de Cornelia Möser).

⁹ (N.T.) “*Hence the untranslatable, or what appears to be so, cannot exist prior to the enunciation of translation. It is translation that gives birth to the untranslatable. The untranslatable is as much a testimony to the sociality of the translator, whose elusive positionality reveals the presence of an aggregate community of foreigners between the addresser and the addressee, as the translatable itself*” (Sakai, 2005, p. 2364).

¹⁰ (N.T.) “*C’est bien pour cela que toute traduction est imparfaite et inachevée, mais tout “original” ne l’est-il pas tout autant ? Autrement dit, il reste nécessairement de l’intraduit ; [...] La traduction n’est qu’une ouverture de sens, jamais une promesse d’exhaustivité*” (Ivekovic, 2002, n.p.).

¹¹ (N.T.) “*L’expérience nous dit que la traduction a toujours lieu, toujours insatisfaisante. [...] Elle est création au même titre que l’original, également bonne ou nulle, mais indépendamment*” (Ivekovic, 2002, n.p.).

preciso constatar a impossibilidade geral da tradução de um ponto de vista transcendental, na prática, não podemos nos dar ao luxo dessa perspectiva. Na realidade, estamos situadas e somos, portanto, obrigadas a aproveitar cada abertura de significado que a tradução nos oferece para transgredir, traduzindo, as barreiras que as línguas nacionais parecem impor.

Assim como a realização da tradução geraria a ideia do intraduzível, também as nações só podem ser compreendidas como conceitualmente diferentes por meio de sua semelhança. Ou, nas palavras de Sakai: “O regime da tradução serve à ratificação da soberania nacional”¹² (2005, p. 2364). É, assim, a afirmação da intraduzibilidade que chama ao projeto da tradução. O perigo que Humboldt via na tradução – o perigo de trair sua própria nação – deveria ser o programa das tradutoras emancipadoras. Porque não é uma compreensão nacionalista da língua que as une, mas, ao contrário, uma compreensão da língua que, para retomar Hito Steyerl (2006, n.p.), “não é definida por uma origem comum, um país ou uma nação, mas por uma prática comum”¹³.

A ampla presença do intraduzível nos debates feministas sobre o gênero na França pode, portanto, ser compreendida nesse contexto nacionalista. Ela resulta da construção identitária nacional e com ela contribui. Esse recolhimento tranquilizador para dentro de si emerge em um contexto de mundialização crescente. A esse respeito, Edward Said (1999, p. 143) escreveu: “Nenhuma cultura é estanque, assim como nenhuma nação pode selar completamente suas fronteiras contra influências estrangeiras. Existem tantos (se não mais) empréstimos, traduções e cruzamentos constantes entre culturas quanto entre nações individuais”¹⁴. Frente a essa situação, as pesquisadoras poderiam ser encorajadas a ter, como diz Paul Ricœur, a “ambição de trazer à luz a face oculta da língua de partida da obra a traduzir e, reciprocamente, de desprovincializar a língua materna, convidada a se pensar como uma língua entre outras e, até mesmo, perceber a si-mesma como estrangeira” (Ricœur, 2011, p. 28).

Mas o oposto ocorreu na maioria dos casos. Em vez de aproveitar a ocasião para desfazer as identidades nacionais, para relativizá-las apropriando-se dos diferentes pensamentos, recontextualizando os conceitos de acordo com suas necessidades – “reconceitualizando-os”, como propunha Eleni Varikas (2003, p. 200) –, as contrárias às “teorias do gênero” recusavam a ideia de uma equivalência na tradução e optavam pela identidade¹⁵. Do discurso sobre a intraduzibilidade do gênero ausentava-se, assim, a “hospitalidade linguageira” (*l'hospitalité langagière*) (Ricœur, 2011)¹⁶.

¹² (N.T.) “The regime of translation serves to reify national sovereignty” (Sakai, 2005, p. 2364).

¹³ (N.T.) “Zunächst wird Sprache nicht durch einen gemeinsamen Ursprung, durch Herkunft oder Nation definiert, sondern durch eine gemeinsame Praxis” (Steyerl, 2006, n.p.).

¹⁴ (N.T.) “No culture is watertight, just as no nation can completely seal its borders against foreign influences. There are as many (if not more) constant borrowings, translations, and crossings between cultures as there are between individual nations” (Said, 1999, p. 143).

¹⁵ “Uma boa tradução só pode visar uma equivalência presumida, não fundada numa identidade de sentido demonstrável. Uma equivalência sem identidade” (Ricœur, 2011, p. 47). Talvez essa equivalência signifique algo semelhante à língua mundial de Benjamin.

¹⁶ (N.T.) Minha escolha de tradução para “hospitalité langagière” diverge da de Patrícia Navelle, tradutora brasileira de *Sobre a tradução*, de Ricœur, que opta por “hospitalidade linguística” (Ricœur, 2011, p. 49).

2.2 Tradução cultural e ativismo em tradução

Uma tradução que não busque nem a fidelidade ao original nem a fidelidade à língua materna ou nacional se exprime no conceito de tradução cultural de Homi K. Bhabha. A tradução cultural não produz qualquer autenticidade, mais uma hibridade subversiva. Boris Buden escreve que, enquanto as traduções tradicionais devem consolidar as identidades nacionais, as traduções culturais se encontram no fim de um período “que poderíamos chamar de pós-moderno, pós-nacional, pós-socialista, pós-colonial, pós-westphaliano, pós-estruturalista etc.; [nele] a tradução se tornou cultural”¹⁷ (Buden, 2006, n.p.). Ora, nem o Estado-nação nem o pensamento nacionalista estão atualmente em crise. Na verdade, é bem o contrário: a mundialização, considerada perigosa por algumas pessoas, reforça os sentimentos nacionalistas. Uma prática de tradução que queira se precaver contra o perigo do nacionalismo deve fazê-lo explicitamente em si mesma, pois não é a História que o fará. Judith Butler descreve suas *políticas da tradução* como um “retorno dos excluídos”¹⁸ (Butler, 2000, pp. 162–169). Ela chama à reconceitualização do conceito de universalidade: nenhuma cultura pode pretender ter validade universal. Enquanto problema de tradução transcultural, a universalidade é um efeito dos processos de inclusão e exclusão. A primeira virtude da tradutora é, portanto, a infidelidade à sua nação, ou melhor: o antinacionalismo. É preciso ressignificar de maneira emancipadora a expressão “toda tradutora é uma tradidora”, apropriar-se dela para, em seguida, proclamar a traição necessária na tradução e a traição da nação como objetivo político (Buden, 2006, n.p.).

Nas trocas acadêmicas, e também pela atividade daquelas que Eleni Varikas, por ocasião de uma jornada de estudos, chamou de “feministas nômades”, brechas são abertas, uma espécie de terceiro espaço emerge, tornando possível a discussão, as trocas e a tradução. Tal espaço se assemelha mais a um movimento do que a um lugar. Dissolve os binarismos (entre “inglês” e “francês”, por exemplo). A tradutora exerce um papel importante aqui. Rada Ivekovic diz que sua língua materna é a tradução. Um “diálogo entre as culturas” não é mais possível; aliás, nunca foi. Infiel a qualquer nação, a situação da tradutora é estruturalmente fractal. “Ela é, no melhor dos casos, *sujeito em trânsito*”¹⁹ (Sakai, 2005, p. 2365). Ela fala a partir de uma posição gramatical de locutora, mas as palavras que saem de sua boca não são suas, são as palavras de um texto que ela traduz. “A tradutora é alguém que não pode dizer ‘eu’”²⁰ (Sakai, 2005, p. 2365). Isso significa que, quando diz “eu”, ela não se refere a uma identidade própria e coerente, mas remete também à de uma autora, e por vezes a um “eu” narrativo que se encontra no texto que traduz. Podemos

¹⁷ (N.T.) “[Q]ue nous pourrions appeler postmoderne, postnationale, postsocialiste, postcoloniale, postwestphalienne, poststructuraliste, etc., la traduction est devenue culturelle” (Buden, 2006, n.p.).

¹⁸ Esse desafio colocado pelos excluídos da hegemonia não seria, entretanto, resolvido por sua integração: “a tarefa não será assimilar o indizível ao domínio da falabilidade, a fim de abrigá-lo ali, dentro das normas de dominação existentes, mas destruir a confiança da dominação, mostrar quão equívocas são suas reivindicações de universalidade e, a partir desse equívoco, acompanhar a queda de seu regime, uma abertura para versões alternativas de universalidade que são forjadas a partir do próprio trabalho de tradução” [“the task will be not to assimilate the unspeakable into the domain of speakability in order to house it there, within the existing norms of dominance, but to shatter the confidence of dominance, to show how equivocal its claims to universality are, and, from that equivocation, track the break-up of its regime, an opening towards alternative versions of universality that are wrought from the work of translation itself”] (Butler, 2000, p. 179). Butler não faz referência aqui ao texto “Politics of translation” de Gayatri Chakravorty Spivak (1993b).

¹⁹ (N.T.) “At best, she is a subject in transit” (Sakai, 2005, p. 2365).

²⁰ (N.T.) “The translator is someone who cannot say ‘I’” (Sakai, 2005, p. 2365).

empregar as palavras de Gayatri Spivak (1993b, p. 179): “A escritora é escrita por sua língua, evidentemente”²¹. As questões de tradução nos debates feministas sobre o gênero parecem evidentes num primeiro momento, mas, retomando Sherry Simon (1996, p. 98): “pode o processo de transferência entre textos já escritos em uma pluralidade de línguas ainda ser chamado de tradução?”²². Onde acaba o francês e começa o inglês (ver Spivak, 1976, p. ixxxvi)?

De acordo com François Cusset (2003), a história da chamada *French Theory* (Teoria Francesa)²³ teria mostrado a inutilidade da preservação de tais binarismos. Cusset evoca a noção de traição tal como empregada por Gilles Deleuze em “A honra e a glória” (1997):

Pois é de traição que se trata quando um texto, uma obra arte, um conceito parte em direção a terras distantes para se tornar algo completamente diferente do que sua fonte, seu contexto de origem havia feito dele – felizes traições, deslizamentos produtivos. Desprezo, deformação, desvio, tripla virtude das transferências culturais²⁴ (Cusset, 2003, p. 350).

Onde Said vê um terceiro espaço, Cusset (2003, p. 352) descreve uma “zona de ‘não direito’ para controladores de origem e futuros proprietários, uma zona de interstícios ao abrigo da qual, longe dos guardiões da Obra, são obrados os textos”²⁵. E veremos que, como disse Dani Cavallaro (2003, pp. 144–145), “uma língua estrangeira pode nos ajudar a traduzir aquelas primeiras impressões do mundo em palavras porque está mais distante delas do que nossa língua-mãe”²⁶. Assim, como Sherry Simon (1996, p. 135), podemos considerar a tradução como atividade “que desestabiliza identidades culturais e se torna a base para novos modos de criação cultural”²⁷. De quem se pode roubar uma identidade ou uma cultura nacional? Trata-se de uma propriedade, um bem? Simon (1996, p. 165) escreve: “Em vez de confirmar as fronteiras que separam as nações, as culturas, as línguas e as subjetividades, a tradução mostra que elas se confundem. É a economia da tradução enquanto sistema que regula as diferenças que se tornou problemática”²⁸. Se a tradução não é possível como tradução perfeita, é porque isso pressuporia línguas de partida e de chegada estáveis e estáticas. Mas, como as línguas vivem e estão em intensa relação com as pessoas que as

²¹ (N.T.) “The writer is written by her language, of course” (Spivak, 1993b, p. 179).

²² (N.T.) “Can the process of transfer between texts already written in a plurality of tongues still be called translation?” (Simon, 1996, p. 98).

²³ (N.T.) O termo *French Theory* foi cunhado nos Estados Unidos nos 1970 como designação a um conjunto bastante heterogêneo de teorias sociais, filosóficas e literárias ligadas ao chamado pós-estruturalismo e desenvolvidas na França na década de 1960. Para parte dessas teorias, o conceito de desconstrução é central. Entre alguns nomes da chamada *French Theory*, podem-se citar: Luce Irigaray, Julia Kristeva, Hélène Cixous, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, Jacques Lacan e Louis Althusser.

²⁴ (N.T.) “Car la trahison est bien ce dont il est question lorsqu’un texte, un art, un concept s’en vont en des terres lointaines devenir tout autre chose que ce qu’en avaient fait leur source, leur contexte d’origine – heureuses trahisons, glissements productifs. Méprise, mélecture, mésusages, triple vertu des transferts culturels” (Cusset, 2003, p. 350).

²⁵ (N.T.) “Zone de non-droit entre contrôleurs d’origine et propriétaires à venir, une zone toute d’interstices à l’abri de laquelle, loin des gardiens de l’Œuvre, des textes seront mis en œuvre” (Cusset, 2003, p. 352).

²⁶ (N.T.) “A foreign language can help us translate those early impressions of the world into words because it is more distanced from them than our mother tongue is” (Cavallaro, 2003, p. 144–145).

²⁷ (N.T.) “Which destabilizes cultural identities, and becomes the basis for new modes of cultural creation” (Simon, 1996, p. 135).

²⁸ (N.T.) “Rather than reconfirming the borders which separate nations, cultures, languages or subjectivities, translation shows them to be blurred. It is the very economy of translation as a system regulating differences which has become problematic” (Simon, 1996, p. 165).

falam, que as escrevem, que falam delas e escrevem sobre elas, e às vezes sobre várias delas, abandonar o projeto da tradução perfeita é algo que traz, sobretudo, esperança. Foi essa abertura que permitiu às políticas feministas se apropriar da tradução e transformá-la em saída de emergência, assim como em fonte de mudança. Ou nas palavras de Simon (1996, p. 167): “A tradução feminista contemporânea fez do gênero o lugar de um projeto conscientemente transformador, que reformula as condições de autoridade textual”²⁹.

2.3 Gender – Genre – Geschlecht – Gênero

Se *gender*, do inglês, for traduzido como *genre* em francês, *Geschlecht* em alemão, ou gênero em português, existe já aí um deslocamento ou se trata da mesma coisa? Convidada a redigir uma entrada para um dicionário marxista alemão, o *Dicionário crítico do marxismo*, Donna Haraway tentou elucidar essa questão e concluiu que há importantes diferenças entre os termos, mas também um importante ponto de convergência:

Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença. A diferenciação complexa e a mistura de termos para “sexo” e “gênero” são parte da história política das palavras. Os significados médicos acrescentados a “sexo” se somam progressivamente a “gênero”, no inglês, através do século vinte. Significados médicos, zoológicos, gramaticais e literários têm, todos, sido contestados pelos feminismos modernos. Os significados compartilhados das categorias raciais e sexuais de gênero apontam para as histórias modernas das opressões coloniais, racistas e sexuais entrelaçadas nos sistemas de produção e inscrição do corpo e seus consequentes discursos libertários e de oposição. A dificuldade de acomodar as opressões racial e sexual nas teorias marxistas de classe encontra paralelo na própria história das palavras (Haraway, 2004, pp. 209–210).

O ponto de convergência é, portanto, que se trata, em todos os casos, de palavras empregadas para legitimar, justificar e exprimir, mas também para contestar relações de opressão. O entusiasmo que expressam algumas feministas anglófonas e francófonas quanto ao *Geschlecht* alemão, devido à não distinção entre o biológico e o cultural nele, precisa levar em conta que isso não impediu usos biologizantes ou naturalizantes dessa palavra, muito pelo contrário. Não é à toa que algumas feministas alemãs tentaram fazer valer o termo *Genus*, em vez de *Geschlecht*³⁰ (Bußmann & Hof, 1995). Nos debates feministas sobre o *gender*, não foi em prol da noção de *Geschlecht* que a maioria se mobilizou.

Em oposição a algumas feministas – *genre* ou *Geschlecht* não podendo ser boas traduções para *gender* –, Joan Scott lembrou que, em 1876, a entrada “*genre*” já estava presente no *Dictionnaire de la langue française* (Dicionário da Língua Francesa): “Não se sabe de que gênero ele é, se masculino ou feminino; diz-se de um homem bastante reservado, cujos sentimentos não se conhece”³¹ (Scott, 1988, p. 125).

²⁹ (N.T.) “Contemporary feminist translation has made gender the site of a consciously transformative project, one which reframes conditions of textual authority” (Simon, 1996, p. 167).

³⁰ A noção de *Geschlecht*, de fato, não distingue entre biológico e cultural, mas faz referência aos clãs familiares e à humanidade (*Menschengeschlecht*), no sentido da espécie humana. *Genus* é um termo latino, do qual o termo *genre* (N.T. assim como “gênero”) é derivado.

³¹ (N.T.) “On ne sait pas de quel genre il est, s’il est mâle ou femelle, se dit d’un homme très caché, dont on ne connaît pas les sentiments” (Scott, 1988, p. 125).

Quando Rosi Braidotti (1994), por exemplo, defende a ideia de que *gender* não tem importância no contexto das línguas românicas, ela rompe a ligação que as línguas sempre possuem com a história e seus usos. No entanto, é o uso que faz com que uma palavra ou noção que servia para oprimir grupos sociais possa ser reivindicada como arma contra essa mesma opressão. É por isso que Haraway continua, na já citada entrada do dicionário: “Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (Haraway, 2004, p. 211). Ou seja, não foi dentro de um laboratório que isso aconteceu; e, se o gênero conheceu uma mudança de significado, é porque houve feministas contestadoras que, usando-o, transformaram-no.

Com efeito, as questões de tradução e de deslocamentos de significados nesse processo podem ser situadas menos nos termos *Geschlecht*, *gender* e *genre* – ou gênero – do que em suas conotações e usos. O fato de *fémnine* corresponder tanto a *feminina/feminine/weiblich* quanto a *fêmea/female/Frauen* não é de forma alguma razão para condenar a língua francesa à eterna diferença sexual.

3. Os debates feministas sobre *gender* na França e na Alemanha

Num primeiro momento, trava-se, na França, um debate sem tradução, ou mesmo um não debate, a que chamei de debate-defensivo dos anos 1990, ao passo que, na Alemanha, é a tradução de *Gender trouble*³² (*Problemas de gênero*), de Judith Butler (1990), que desencadeia a discussão. Os primeiros debates feministas sobre *gender* na Alemanha tiveram seu auge por volta de 1993. Em 1991, aparecera a tradução do livro de Butler, *Das Unbehagen der Geschlechter*³³ (Butler, 1991); nos anos seguintes, os debates acontecem em números especiais de revistas feministas, colóquios, seminários, conferências, grupos de pesquisa etc. Na França, a tradução do mesmo livro, *Trouble dans le genre*, publicada em 2005, não marcaria o início de uma discussão, mas, sobretudo, uma mudança importante no caráter dos debates feitos até então (Butler, 2005). As contribuições que explicam de diferentes maneiras pelas quais *gender* não seria traduzível para um contexto de pesquisa feminista na França perderiam sua predominância até desaparecerem do campo que forma a pesquisa feminista. Hoje, esse debate nacionalista se deslocou para a *Manif pour tous*³⁴.

3.1 França

A primeira fase do debate feminista sobre *gender* na França começa em 1988 com a iniciativa de algumas historiadoras – Eleni Varikas, Michèle Riot-Sarcey, Christine Planté – no número 37/38 da revista *Les Cahiers du Griff* e com a conferência “*Sexe et genre*” (Sexo e gênero), ocorrida em 1989

³² (N.T.) O livro *Gender trouble: feminism and the subversion of identity* foi publicado inicialmente no Estados Unidos, em 1990, pela editora Routledge. No Brasil, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* foi editado pela Civilização Brasileira, na tradução de Renato Aguiar, em 2003, mais de uma década, portanto, após a publicação do livro nos Estados Unidos (Butler, 1990, 2003).

³³ Tradução alemã de *Gender trouble*, de Judith Butler, publicada em 1991 pela editora Surkamp e assinada por Katharina Menke (Butler, 1991).

³⁴ (N.T.) A *Manif pour tous* [Manifestação para todos] formou-se em reação ao projeto de lei (proposto pela então Ministra da Justiça Christiane Taubira e aprovado pelo parlamento francês em abril de 2013) para a liberação do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Trata-se de uma estrutura composta principalmente por grupos católicos e militantes conservadores, inclinada às pautas da direita e da extrema-direita francesas.

como parte da Ação Temática Programada “Pesquisas sobre as mulheres e pesquisas feministas”³⁵, criada em 1983 pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). Essa fase é caracterizada pela recusa ao mesmo tempo trans- e interdisciplinar do conceito de *gender*, acusado de pretender abolir o feminismo devido a seu suposto biologicismo, à sua natureza anglo-saxã ou simplesmente porque seria supérfluo frente à pluralidade de termos de que já dispunha a pesquisa feminista na França. As historiadoras dos *Cahiers du Griff* seriam as únicas a ver no *genre* (como tradução francófona para *gender*) a possibilidade de “reintegrar as mulheres na história, deixando de considerá-las como um objeto pressuposto e passando a compreendê-las como sujeito em construção, na e pela linguagem”³⁶ (Riot-Sarcey et al., 1988, p. 22). Por mais de uma década, a posição delas permaneceria marginal. A grande maioria das pesquisadoras feministas concordava em dizer que *gender* era intraduzível em francês, e isso não apenas linguisticamente, mas sobretudo nos planos cultural e político. Para algumas, era a “singularidade francesa” que estaria ameaçada pelo *communautarisme à la américaine*³⁷, que não traria nada além de uma “guerra dos sexos” (outro exemplo de uma má tradução).

Não há dúvida de que, quanto se observam os últimos três séculos na Inglaterra (antes de considerar os Estados Unidos), Alemanha ou França, existe na França uma relação privilegiada entre os sexos. [...] É essa relação, segundo meu entendimento, que explica por que o feminismo é diferente em cada país. [...] Entre mulheres e homens na França há mais gentileza, maior solidariedade e mais sedução do que em outros países europeus. Nada horroriza mais os franceses, sejam homens ou mulheres, do que a guerra entre os sexos ou sua segregação³⁸ (Badinter, 2003, p. 225).

Ou ainda:

Nem todas as feministas francesas estão prontas para aderir à versão da guerra dos sexos contida em certos escritos feministas estadunidenses [...]; e é verdade que a representação violenta de toda relação heterossexual [...] ou a simples ideia do *political correctness* (politicamente correto) faz tremer mais de uma delas. Nesse sentido, pertencemos bem à cultura francesa, libertária e antipuritana³⁹ (Picq, 1995, p. 333).

³⁵ (N.T.) *Action Thématique Programmée “Recherches sur les femmes et recherches féministes”*.

³⁶ (N.T.) “Réintégrer les femmes dans l’histoire, en cessant de les considérer comme un objet présupposé pour les saisir comme sujets en devenir, dans et par le langage” (Riot-Sarcey et al., 1988, p. 22).

³⁷ (N.T.) No léxico político francês, o termo “*communautarisme à la américaine*”, de conotação pejorativa, costuma estabelecer uma espécie de contraexemplo, e mesmo de ameaça, a uma organização sócio-política “comunitária” tida como “tipicamente francesa”: enquanto a república francesa seria fundada na ideia de solidariedade social e de universalidade dos direitos humanos, os Estados Unidos teriam se constituído historicamente sobre o princípio do individualismo, compondo comunidades fechadas em si mesmas e indiferentes ou hostis umas às outras.

³⁸ (N.T.) “There is no doubt that when one observes the last three centuries in England (prior to considering the United States), Germany, or France, there exists in France a privileged relationship between the sexes. [...] It is this relationship, as I understand it, which explains why feminism is different in each country. [...] Between women and men in France there is more gentleness, a greater solidarity, and more seduction than in other European countries. Nothing horrifies the French more, be they men or women, than the war between the sexes or their segregation” (Badinter, 2003, p. 225).

³⁹ (N.T.) “N’empêche que peu de féministes françaises sont prêtes à souscrire à la version de la guerre des sexes que donnent certains écrits féministes nord-américains [...] ; et il est vrai que la représentation violente de toute relation hétérosexuelle [...] ou la seule idée du *political correctness* en fait frémir plus d’une. En ce sens nous appartenons bien à la culture française, libertaire et anti-puritaine” (Picq, 1995, p. 333).

Após essa rejeição inicial, por volta de 2005, *genre*, enquanto vocábulo, é integrado à pesquisa feminista na França. Entretanto, as condições de sua aceitação compreendiam, por um lado, o esvaziamento do aspecto *queer* de *Gender trouble*, o esvaziamento de todo engajamento com epistemologias da diferença e, por outro, como se pode ver nos debates atuais sobre a interseccionalidade⁴⁰, o esvaziamento de todo engajamento com os feminismos *of color* (de cor). Várias autoras criticaram, nesse contexto, o embranquecimento da teoria a fim de preservar uma política de exclusão institucional (Ait Bem Lmadani & Moujoud, 2012; Bilge, 2015).

O esvaziamento das implicações epistemológicas de *Gender trouble*, que consistem justamente em interrogar o fundamento natural da categoria mulher ou homem e no interesse pela construção de categorias epistêmicas, ao invés de tomar as já dadas como base, tem por efeito a existência hoje, na França e na Alemanha, de uma explosão de estudos, pesquisas e textos que trabalham sobre “o gênero e alguma coisa” ou “o gênero em alguma coisa” e que, na realidade, na grandíssima maioria dos casos, examinam as relações homens-mulheres.

Ouvimos dizer com frequência que a questão epistemológica de Judith Butler já era bem conhecida na França, uma vez que os trabalhos de Christine Delphy já explicavam que o gênero precede o sexo (Bereni et al., 2008). No entanto, este “o gênero precede o sexo” de Delphy provém de uma epistemologia materialista, ou baseada nas observações de Friedrich Engels, que pensa as relações de gênero como uma relação de exploração do tipo proletário/burguês. Desse ponto de vista, qualquer libertação deve passar necessariamente pela abolição completa de tais categorias. Contrariamente a essa visão, o engajamento de Judith Butler com o pensamento da diferença e o estruturalismo permite-lhe tornar visíveis as diferenças não apenas no interior de cada grupo (por exemplo, homem/mulher), mas também entre e para além desses dois grupos. Ao considerar as dimensões simbólicas do sistema “sexo-gênero”, o grande mérito de Butler consiste na desconstrução da ligação entre eles, o que permite, conseqüentemente, uma outra relação com as feminilidades e masculinidades, para além de uma perspectiva que as veja apenas como resultado de uma exploração econômica (ainda que esta não possa ser negada). Este é justamente o resultado da interpretação butleriana da chamada *French Theory*.

Aliás, a categoria *French feminism* (feminismo francês) é um bom exemplo da produtividade das traduções. No processo de uma tradução, é preciso necessariamente fazer escolhas, tomar decisões arbitrárias em relação à obra. É preciso, obrigatoriamente, “trair”, a fim de tornar compreensíveis as ideias em um novo contexto. É exatamente nesse momento que se produz o novo. Quer dizer, não apenas mal-entendidos, inapropriações (“*misnomer*”) (Winter, 1997, p. 213) ou “erros” de tradução, mas também verdadeiras transformações. Diversas autoras do *French feminism*, como Hélène Cixous ou Julia Kristeva, em parte devido a seu sucesso, ensinaram durante períodos relativamente longos nos Estados Unidos. Nesses períodos, elas se adaptaram a tal ponto a um novo contexto que foram rapidamente acusadas de jogar um jogo duplo ao se autodenominarem feministas nos Estados Unidos, mas não na França (Varikas, 1993). Nos Estados Unidos, conferências e colóquios produziram encontros sobre a teoria pós-moderna e francesa que

⁴⁰ Na impossibilidade de expor as questões colocadas pelos diversos debates sobre a interseccionalidade, indico aqui um capítulo de livro no qual iniciei este trabalho: “*Intersectionnalité et genre. Au sujet de la critique féministe des conditions de production du savoir*” (Möser, 2016). Um trabalho aprofundado, especialmente sobre as contribuições das pessoas de cor francesas, está sendo realizado hoje por jovens pesquisadoras.

jamais teriam ocorrido na França. Assim, os Estados Unidos se tornavam uma espécie de “posteridade contemporânea” (Bourdieu, 2002, p. 3), permitindo que um certo número de teóricas francesas escapasse às restrições e condições dos debates acadêmicos em seus país de origem.

Nos anos 1980, os embates entre as feministas materialistas e as da corrente literário-psicanalítica estavam acirrados a tal ponto que não se pode nem mesmo falar em uma discussão – elas simplesmente não se falavam mais. Ora, a transformação da última corrente do *French feminism* teve consequências importantes para a construção daquilo que, depois, viria a ser chamado “feminismo pós-moderno”. Se algumas feministas materialistas não estavam satisfeitas com essa política de representação, tampouco o estavam aquelas que eram representadas sob esse rótulo: seus trabalhos eram, de fato, completamente descontextualizados e colocados a serviço de fins de que elas não necessariamente compartilhavam. A aproximação dos textos de Monique Wittig com os de Luce Irigaray e Julia Kristeva em *Gender trouble*, de Judith Butler, produziu um projeto político muito diferente do que havia sido pensado por cada uma dessas autoras.

Butler não promove o projeto de uma genealogia feminista proposto por Irigaray, nem acredita que a identidade lésbica sirva para escapar da heteronormatividade, como havia formulado Wittig (1980). Entretanto, suas próprias análises são fortemente inspiradas por reflexões, observações e noções dessas duas autoras, assim como de Julia Kristeva, a quem a crítica talvez não fosse tão direta e radical se tivesse sido pronunciada em universidades francesas. A crítica que Butler formula ao heterocentrismo e ao naturalismo como premissas não examinadas do projeto de Julia Kristeva poderia ter sido aproveitada pelas feministas materialistas francesas para fortalecer seus argumentos contra a visão predominante que reduz a maternidade à heterossexualidade e patologiza a homossexualidade. Mas, ao invés de ver essa ligação potencial, elas preferiram não evocar a homossexualidade, talvez por medo da homofobia institucional, e condenar o simples fato de Judith Butler se interessar por Julia Kristeva, o que automaticamente fazia com que as teorias do gênero fossem inspiradas no *French feminism* (Delphy, 1996). De fato, havia tão pouca troca entre as diferentes correntes feministas na França, que não há nenhuma análise resultante de uma pesquisa feminista no país que tenha feito a mesma crítica a Julia Kristeva. As palavras de Butler são incisivas:

Ao projetar a lésbica como “Outra” para a cultura e ao caracterizar o discurso lésbico como um “redemoinho de palavras” psicótico, Kristeva constrói a sexualidade lésbica como intrinsecamente ininteligível. Tais redução e rejeição tática da experiência lésbica realizadas em nome da lei posicionam Kristeva na órbita do privilégio patriarcal-heterossexual. A lei paterna que a protege dessa incoerência radical é precisamente o mecanismo que produz a construção do ser lésbica como um espaço de irracionalidade. [...] Kristeva prefere explicar a experiência lésbica como um estado libidinal regressivo anterior à própria aculturação, em vez de aceitar o desafio que essa experiência oferece à sua visão restrita das leis culturais sancionadas paternalmente. [...] Kristeva descreve tanto o corpo materno quanto a experiência lésbica a partir de uma posição de heterossexualidade sancionada que não reconhece seu próprio medo de perder essa sanção. Sua ratificação da lei paterna não só repudia a homossexualidade feminina, como também nega os variados significados e possibilidades da maternidade como prática cultural⁴¹ (Butler, 1990, p. 87).

⁴¹ (N.T.) “By projecting the lesbian as ‘Other’ to culture, and characterizing lesbian speech as the psychotic ‘whirl-of-words’, Kristeva constructs lesbian sexuality as intrinsically unintelligible. This tactical dismissal and reduction of lesbian experience performed in the name of the law positions Kristeva within the orbit of paternal-heterosexual privilege. The paternal law which protects her from this radical incoherence is precisely the mechanism that produces the construct of lesbianism as a site of irrationality. [...] Kristeva prefers to explain lesbian experience as a regressive libidinal state prior to acculturation itself, rather

Essa posteridade contemporânea, esse exílio do pensamento permitiu, assim, ultrapassar as barreiras instituídas pelas oposições no interior do Movimento de Libertação das Mulheres (*Mouvement de Libération des Femmes* – MLF), como, por exemplo, entre a corrente materialista e a corrente psicanalítica, mas também o conflito entre as feministas e as lésbicas radicais (Collectif, 1981). Butler não estava obrigada a escolher um lado (Butler, 2005). Estar longe de tudo isso, em Berkeley, permitiu-lhe fazer uma leitura cruzada da crítica da heteronormatividade, tal qual encontramos em Wittig (1980), com a do falocentrismo e da ordem do simbólico, como em Irigaray, localizando seus pontos de convergência e comunicação. Foi assim, como diz Butler, que emergiu uma “teoria no cruzamento de horizontes culturais, ali onde a necessidade de tradução se fazia mais fortemente sentir e onde a esperança de sucesso hoje é incerta”⁴² (Butler, 2005, p. 28)

3.2 Alemanha

Ainda que o “debate Butler”, que ocorreu na Alemanha no início dos anos 1990, apresente características particulares que o diferenciam do debate na França, é possível constatar um paralelo no que diz respeito à atribuição de uma posição de diferença. Mas essa atribuição não resultou, como na França, da construção do *French feminism*. Ela deve ser compreendida a partir da importância da *Teoria Crítica* para a pesquisa feminista na Alemanha e das controvérsias na recepção do estruturalismo nos anos 1980. No que concerne à *Teoria Crítica*, as teóricas feministas parecem reviver no “debate Butler” a “Positivismusstreit”⁴³ (debate sobre o positivismo) da sociologia alemã nos anos 1960. Butler é criticada pela “falta de teoria social”⁴⁴ (Knapp, 1994, p. 284) e por promover uma “ontologia discursiva” (Landweer, 1993).

Essa herança e a recepção do *French feminism* anterior a *Problemas de gênero*⁴⁵ fizeram com que, em um primeiro momento, se tentasse saber se Butler estava mais para o lado do pensamento da diferença ou mais para o lado da igualdade. Por volta do fim dos anos 1990, a principal conclusão

than to take up the challenge that lesbianism offers to her restricted view of paternally sanctioned cultural laws. [...] Kristeva describes both the maternal body and lesbian experience from a position of sanctioned heterosexuality that fails to acknowledge its own fear of losing that sanction. Her reification of the paternal law not only repudiates female homosexuality, but denies the varied meanings and possibilities of motherhood as a cultural practice” (Butler, 1990, p. 87).

⁴² (N.T.) Trecho da “Introduction” escrita por Butler em 1999 para o livro *Gender Trouble*. Esta Introdução não foi incluída na edição brasileira, de modo que a tradução aqui apresentada foi feita a partir da versão francesa apresentada por Cornelia Möser: “de la théorie au croisement d’horizons culturels, là où le besoin de traduction se fait le plus fortement sentir et où l’espoir de réussite est incertain” (Butler, 2005, p. 28).

⁴³ É por isso que, em meu livro *Féminismes en traduction [Feminismos em tradução]* (Möser, 2013), no capítulo “Institutionnalisation de la pensée féministe” [Institucionalização do pensamento feminista], detenho-me no debate sobre os “postulados metodológicos” de Maria Mies, que também foi descrito como “Positivismus-Streit” e teve papel na estruturação do campo discursivo para o debate sobre “as teorias do gênero”. A “verdadeira” *Positivismusstreit* ocorreu, entre outros lugares, no congresso da Sociedade Alemã de Sociologia em Tübingen, em 1961, de que participaram notadamente Theodor Adorno, Jürgen Habermas, Karl Popper, Hans Albert e Ralf Dahrendorf. Diversas contribuições foram reunidas em *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie* [O debate sobre o positivismo na sociologia alemã] (Adorno et al., 1972).

⁴⁴ De certa forma, esse debate se assemelha àquele sobre a *French Theory* nos Estados Unidos, onde a *Teoria Crítica* também se tornava a contrapartida da *French Theory*. “Já marginalizadas na academia e rotuladas como ‘teóricas críticas’ tanto na Alemanha quando nos Estados Unidos, as nietzscheanas francesas estavam agora sendo grosseiramente identificadas entre as críticas de Nova York como uma ameaça estrangeira” [“Already marginalized in academe and targeted by ‘critical theorists’ both in Germany and in the United States, the French Nietzscheans were now being crudely identified in turn among New York critics as a foreign threat”] (Lotringer, 2001, p. 144).

⁴⁵ Inúmeros trabalhos o indicam, como os de Wilke (1988), Wartmann (1980) ou Lachmann (1984).



parece estimar que seria preciso ver em Butler uma terceira posição face a esse antagonismo, fosse sua transcendência ou reconciliação.

Quando os primeiros textos do “feminismo francês” foram traduzidos em alemão, o “feminismo alemão” discutia intensamente a possibilidade de uma “contracultura feminina”. As feministas se perguntavam, por exemplo, se existiria algo como uma “estética feminina” ou uma “escrita feminina” (*weibliches Schreiben*). O romance *Häutungen*⁴⁶, de Verena Stefan (1975), constituiu um objeto central desse debate. Em meio ao grande sucesso, o livro suscitou críticas, sobretudo com relação às inúmeras metáforas naturalistas que Stefan emprega para escapar da linguagem androcêntrica (a esse respeito, ver as críticas de Brenner, 1976 e Dietze, 1979).

A empreitada da “escrita feminina” parecia difícil. As editoras do número 108/109 da revista literária *alternative*⁴⁷, intitulado “*Das Lächeln der Medusa*” (O sorriso da Medusa), explicam sua motivação para se voltar ao que chamavam de “feminismo francês”. Quanto ao tema da escrita feminina alemã, argumentam que “[o]s exemplos de seu fracasso são inúmeros. Dessa experiência emergiu a reivindicação de uma reflexão que ‘cria distância’, a reivindicação de uma teoria que ‘mostra o caminho’”⁴⁸ (Brenner, 1976, p. 114). Nesse número da revista, encontram-se textos de Luce Irigaray, Julia Kristeva, Hélène Cixous, Catherine Clément, Elisabeth Roudinesco e Jacques Jacan traduzidos para o alemão. A esperança projetada sobre esses textos é expressa pelas editoras do “Sorriso da Medusa”⁴⁹ da seguinte maneira:

A revolta contra o sistema simbólico dominante, e sua consequente denúncia como “falocrático”, protegeu as mulheres francesas do positivismo característico do movimento de mulheres estadunidense (e também do mal-entendido que confunde pênis e falo). Por outro lado, seu foco no inconsciente social não escapou dos perigos de uma leitura antropológica da especificidade da mulher⁵⁰ (Brenner, 1976, p. 114).

Parece-me que o quadro disciplinar teve papel importante nessa recepção do “feminismo francês”, pois não se observa o mesmo interesse pela desconstrução no trabalho de sociólogas feministas, como Gudrun-Axeli Knapp ou Regina Becker-Schmidt. Ora, a questão da reprodução cultural e simbólica estava entre os principais interesses do movimento feminista alemão (Dietze, 1979, p. 8). Várias constatam uma “estranha interdição de pensar no interior do movimento das mulheres” na Alemanha, como se lê na “Introdução das editoras” a *Waren, Körper, Sprache* (Bens, corpos, linguagem), reunião de textos de Irigaray (1976, p. 5) publicada na série *Internationale*

⁴⁶ *Häutungen*, no plural, refere-se ao processo de troca de pele das serpentes. Tal qual uma carapaça, as serpentes deixam para trás sua velha pele, para seguir adiante como uma nova. A metáfora evoca o sentimento dessa geração de feministas: abandonar a “pele” exterior da ideia patriarcal do que seria “a mulher” e construir uma nova, feita por e para si mesmas.

⁴⁷ Revista editada por Hildegard Brenner entre 1964 e 1982 e identificada como revista da nova esquerda.

⁴⁸ (N.T.) A partir da tradução de Cornelia Möser para o francês: “*Les exemples de son échec sont nombreux. De cette expérience émerge la revendication d’une réflexion qui ‘crée de la distance’, la revendication d’une théorie censée ‘montrer le chemin’.*”

⁴⁹ Infelizmente, elas não explicam por que a Medusa da tradução alemã apenas sorri, enquanto no texto original de Cixous ela ri (*Le Rire de la Méduse*) [O riso da Medusa].

⁵⁰ (N.T.) “*Le revirement contre le système symbolique dominant, sa dénonciation comme ‘phallogratique’, protège les Françaises du positivisme caractéristique du mouvement des femmes américaines (et aussi du malentendu qui confond pénis et phallus), de l’autre côté leur focalisation sur l’inconscient social n’échappe pas aux périls d’une lecture anthropologique de la spécificité de la femme*” (Brenner, 1976, p. 114).

Marxistische Diskussion. Aproximando-se das “feministas francesas”, elas esperavam conseguir romper esse tabu. As dificuldades de leitura dos escritos de Luce Irigaray parecem reforçar esse desejo.

Entretanto, as esperanças não são unânimes. Vozes críticas também se fazem ouvir, inspiradas principalmente na forte tradição do pensamento da *Teoria Crítica*. Sem entrar em detalhes aqui, Irigaray é criticada por uma “automistificação e por seu estilo de escrita” (Bischof, 1977, p. 27), por não considerar suficientemente a história, ou por operar uma ontologização: “redução da lógica social a uma lógica comunicativa”, “ontologização da diferença dos sexos” e “dificuldade de transformação do modo de crítica em um modo de prática”⁵¹ (Runte, 1977, p. 36). Essas críticas se assemelham bastante às dirigidas a *Gender trouble*, de Judith Butler, nos debates feministas sobre o gênero na Alemanha.

Escrevendo na revista independente *Schwarze Botin*, Eva Meyer (1979) convoca a salvar Irigaray de suas leitoras e a contrariar a construção de uma feminilidade naturalista por meio do conceito construtivista de feminilidade tal qual encontrado em Irigaray. Parece que suas leitoras reagiam todas a uma tendência ao anti-intelectualismo dentro do movimento. Na mesma revista, Sibylle Klefinghaus traça a seguinte imagem de um movimento de mulheres naturalizante e hostil à teoria:

A fascinação que Irigaray exerce sobre uma parte do movimento de mulheres deve-se talvez ao fato de que não há nada comparável aqui, pois o movimento das mulheres alemãs se caracteriza justamente por sua hostilidade à teoria. A insistência na emotividade, na corporeidade e uma inclinação à magia e ao misticismo são expressões dessa corrente, ao passo que a intelectualidade e o debate teórico são frequentemente desvalorizados e recusados como “masculinos”⁵² (Klefinghaus, 1980, p. 13).

Poderíamos resumir a diferença entre “*weibliches Schreiben*” e “*écriture féminine*” (lit. “escrita feminina”, em ambos os casos) por meio da questão política invocada por cada uma delas: enquanto a “*weibliches Schreiben*”, tão criticada por todas as pesquisadoras citadas anteriormente, pressupõe que há uma mulher e que essa mulher seria a fonte de uma escrita particular, a ideia da “*écriture féminine*” procura desfazer essa ligação entre autora e escrita – permitindo que Butler, por sua vez, desfaça a ligação entre mulher e feminilidade.

4. Conclusão

Vimos que a tradução desempenhou papéis muito diferentes na produção de teorias feministas. Em todos os processos de viagens teóricas abordados aqui, as viagens pessoais também tiveram um papel importante. Se, no futuro, um novo feminismo desenvolver formas virtuais de troca que permitam prosseguir no caminho de uma crítica da produção do saber, esse processo só

⁵¹ (N.T.) “*Réduction de la logique sociale à une logique communicative*”; “*ontologisation de la différence des sexes*”; “*difficulté de transformation du mode de critique en un mode de pratique*” (Runte, 1977, p. 36)

⁵² (N.T.) A partir da tradução de Cornelia Möser para o francês: “*La fascination qu’Irigaray exerce sur une partie du mouvement des femmes est peut-être due au fait qu’il n’y a rien de comparable ici, que le mouvement des femmes allemandes se caractérise justement par cette hostilité à la théorie. L’insistance sur l’émotivité, la corporéité et une inclination pour la magie et le mysticisme sont les expressions de ce courant. En revanche, l’intellectualité et le débat théorique sont souvent dévalués et refusés comme étant ‘masculins’*” (Klefinghaus 1980, p. 13).

poderá se beneficiar de um debate feminista genuíno sobre as implicações dos locais de produção. É apenas por meio dos processos de reflexão e debate que podem ser reunidas, nesses encontros, as condições que possibilitam uma objetividade aproximativa, um saber localizado (Haraway, 1995). Numa tal construção de condições de troca e solidariedade, a tradução pode exercer também um papel violento, se, por tradução, entendermos a simples transposição de um modelo a outro contexto, ignorando toda diferença e a existência do intraduzível, ou se o processo de tradução for usado para reificar diferenças, edificadas como barreiras intransponíveis. Se, ao contrário, a tradução for concebida como política e negociável, ela será parte crucial e premente na construção de um terreno de encontros e trocas que possa levar a futuras estratégias feministas, negociando e colaborando para além das fronteiras nacionais, econômicas, heterossexistas ou racistas.

Assim, reside na tradução a promessa de abertura de um terceiro espaço, de um local de encontro para além das diferenças absolutas ou de sua negação completa. Mas, de maneira virtual ou não, a realização desses encontros é a premissa de uma verdadeira transformação das estruturas heterossexistas, pois a solidariedade, longe de estar dada, deve se fundar em condições sólidas ainda por construir. É nisso que consiste a tarefa da tradutora feminista. Contestar a paternidade do texto, recusar sua apropriação e trabalhar por sua expropriação, organizando as condições de troca e de solidariedade para além das fronteiras nacionais, heterossexistas, racistas e socioeconômicas para, finalmente, destruí-las.

Um luto nunca se encerra sem que a justiça seja feita, daí a melancolia da tradutora feminista. Para retomar a citação inicial de Benjamin, a tradução é um instrumento que permite – por sua busca pela tradutibilidade geral, pela língua-mundo, pela convergência de todas as línguas entre si – apontar nossa humanidade e origens comuns. Ela não abole nossas diferenças para criar um modelo de emancipação, mas revela que, entre todos os seres humanos, há algo de compartilhado que torna possível a tradução, a solidariedade e a criação do que nos é comum.

Referências

- Adorno, T. W., Dahrendorf, R., Pilot, H., Albert, H., Habermas, J., & Popper, K. R. (1972). *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Sammlung Luchterhand.
- Ait Bem Lmadani, F., & Moujoud, N. (2012). Peut-on faire de l'intersectionnalité sans les ex-colonisé-e-s? *Mouvements*, 72(4), 11–21. <https://doi.org/10.3917/mouv.072.0011>
- Badinter, E. (2003). The French Exception. In R. Célestin, E. Dalmolin & I. Courtivron (Eds.), *Beyond French Feminisms: Debates on Women, Politics, and Culture in France, 1981–2001* (pp. 225–238). Palgrave Macmillan.
- Benjamin, W. (2008). A tarefa do tradutor (S. Kampff Lages, Trad.). In L. Castello Branco (Org.), *A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português*. Fale & Editora UFMG.
- Bereni, L., Chauvin, S., Jaunait, A., & Revillard, A. (2008). *Introduction aux Gender Studies. Manuel des études sur le genre : Ouvertures politiques*. De Boeck.
- Bhabha, H. (2018). *O local da cultura* (M. Ávila, E. Reis & G. Gonçalves, Trad.). Editora da UFMG.
- Bilge, S. (2015). Le blanchiment de l'intersectionnalité. *Recherches féministes*, 28(2), 9–32. <https://doi.org/10.7202/1034173ar>
- Bischof, R. (1977). Waren – Körper – Sprache. *Die Schwarze Botin*, 2, 23–28.



- Bourdieu, P. (2002). As condições sociais da circulação internacional das ideias (F. Abreu, Trad.) *Enfoques*, 1(1), 1–12, 2002.
- Braidotti, R. (1994). *Nomadic Subjects: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory*. Columbia University Press.
- Brenner, H. (1976). Das Lächeln der Medusa. *Alternative* 108/109. Alternative-Selbstverlag.
- Buden, B. (2006). La traduction est impossible, vive la traduction/Übersetzung ist unmöglich, Fangen wir also an. *Transversal texts*, 2.
- Bußman, H., & Hof, R. (1995). *Genus: Zur Geschlechterdifferenz in den Kulturwissenschaften*. Alfred Kröner Verlag.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge.
- Butler, J. (1991). *Das Unbehagen der Geschlechter* (K. Menke, Trad.). Suhrkamp.
- Butler, J. (2000). Competing Universalities. In J. Butler, E. Laclau & S. Žižek (Eds.), *Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the left* (pp. 136–181). Verso.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2005). *Trouble dans le genre : Pour un féminisme de la subversion* (C. Kraus, Trad.). La Découverte.
- Cavallaro, D. (2003). *French Feminist Theory: An Introduction*. Continuum.
- Chamberlain, L. (1998). Gênero e a metafórica da tradução (N. Viscardi, Trad.). In P. Ottoni (Org.), *Tradução: a prática da diferença*. Editora Unicamp.
- Collectif. (1981). Dossier-débat sur le lesbianisme radical. *La revue d'en Face*, 9–10.
- Chow, R. (2008). Translator, Traitor; Translator, Mourner (Or, Dreaming of Intercultural Equivalence). *New Literary History*, 39(3), 565–580.
- Cusset, F. (2003). *French Theory : Foucault, Derrida, Deleuze & Cie et les mutations de la vie intellectuelle aux États-Unis*. La Découverte.
- Deleuze, G. (1997). *Crítica e clínica* (P. Pál Pelbart, Trad.). Editora 34.
- Delphy, C. (1996). L'invention du « French Feminism » : une démarche essentielle. *Nouvelles Questions Féministes*, 17(1), 15–58.
- Derrida, J. (1979). Living On/Border Lines. In H. Bloom et al. (Eds.), *Deconstruction & criticism*. Continuum.
- Dietze, G. (1979). Die Überwindung der Sprachlosigkeit. *Texte aus der neuen Frauenbewegung*. Luchterhand.
- Gavronsky, S. (1977). The Translation: From Piety to Cannibalism. *SubStance*, 16, 53–62.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial (M. Corrêa, Trad.). *Cadernos Pagu*, 5, 7–41.
- Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra (M. Corrêa, Trad.). *Cadernos Pagu*, 22, 201–246. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>
- Heidegger, M. (1979). *Heraklit: Gesamtausgabe* (2a ed.). Klostermann.
- Irigaray, L. (1976). Waren, Körper, Sprache: Der ver-rückte Diskurs der Frauen. *Internationale Marxistische Diskussion*, 62. Merve Verlag.
- Ivekovic, R. (2002). De la traduction permanente. *Transversal*, 6.

- Kleefinghaus, S. (1980). Über Luce Irigaray. *Die Schwarze Botin*, 14/15, 12–17.
- Knapp, G.-A. (1994). Politik der Unterscheidung. In K. Pühl (Ed.), *Geschlechterverhältnisse und Politik* (pp. 262–287). Suhrkamp.
- Lachmann, R. (1984). Thesen zu einer weiblichen Ästhetik. In C. Opitz (Org.), *Weiblichkeit oder Feminismus?: Beiträge zur interdisziplinären Frauentagung, Konstanz 1983* (pp. 181–194). Drumlin-Verlag.
- Landweer, H. (1993). Kritik und Verteidigung der Kategorie “Geschlecht”: Wahrnehmungs- und symboltheoretische Überlegungen zur sex/gender-Unterscheidung. *Feministische Studien*, 11(2), 34–43.
- Lotringer, S. (2001). Doing Theory. In S. Lotringer & S. Cohen (Eds.), *French Theory in America* (pp. 125–162). Routledge.
- Meyer, E. (1979). Körpersprache oder “Körper” der Sprache? *Die Schwarze Botin*, 10, 33–35.
- Möser, C. (2013). *Féminismes en traductions : Théories voyageuses et traductions culturelles*. Éditions des Archives Contemporaines.
- Möser, C. (2016). Intersectionnalité et genre : Au sujet de la critique féministe des conditions de production du savoir. In F. Fassa, E. Lépinard & M. Roca i Escoda (Orgs.), *Intersectionnalité : enjeux théoriques et politiques* (pp. 103–129). La Dispute.
- Nietzsche, F. (2008). *Humano, demasiado humano* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras.
- Picq, F. (1995). Introduction : Des mouvements féministes entre spécificité et universalité. In EPHESIA (Org.), *La place des femmes : Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales* (pp. 328–336). La Découverte. <https://doi.org/10.3917/dec.ephes.1995.01.0328>
- Ricœur, P. (2011). *Sobre a tradução* (P. Navelle, Trad.). Editora UFMG.
- Riot-Sarcey, M., Planté, C., & Varikas, E. (1988). Femmes sujets de discours, sujets de l'histoire : Introduction. *Cahiers du Grif*, 37/38, 21–23.
- Runte, A. (1977). Lippenblümlinnen unter dem Gesetz. *Die Schwarze Botin*, 5, 35–42.
- Said, E. W. (1999). The Franco-American Dialogue: A Late-Twentieth-Century Reassessment. In I. Poel & S. Bertho (Eds.), *Traveling theory: France and the United States* (pp. 134–167). Fairleigh Dickinson University Press & Associated University Presses.
- Sakai, N. (2005). Translation. In M. Horowitz (Org.), *New dictionary of the history of ideas*, Vol. 6 (pp. 2362–2365). Charles Scribner's Sons.
- Scott, J. W. (1988). Le genre : une catégorie utile d'analyse historique (E. Varikas, Trad.). *Cahiers du Grif*, 37/38, 125–153.
- Simon, S. (1996). *Gender in translation: Cultural identity and the politics of transmission*. Routledge.
- Spivak, G. C. (1976). Translator's Preface. In J. Derrida (Ed.), *Of grammatology* (G. C. Spivak, Trad., pp. ix–ixxxvii). John Hopkins University Press.
- Spivak, G. C. (1993a). *Outside in the teaching machine*. Routledge.
- Spivak, G. C. (1993b). The Politics of Translation. In G. C. Spivak (Ed.), *Outside the teaching machine* (pp. 179–200). Routledge.
- Stefan, V. (1975). *Häutungen: autobiografische Aufzeichnungen, Gedichte, Träume, Analysen*. Verlag Frauenoffensive.
- Steyerl, H. (2006). Le langage des choses (P. Rusch, Trad.). *Transversal*, 6.
- Stolze, R. (1994). *Übersetzungstheorien: eine Einführung*. Narr Verlag.

- Varikas, E. (1993). Féminisme, modernité, postmodernisme : pour un dialogue des deux côtés de l'océan. *Futur antérieur*, 19/20, 63–64.
- Varikas, E. (2003). Conclusion. In D. Fougeyrollas-Schwebel, C. Planté, M. Riot-Sarcey & C. Zaidman (Orgs.), *Le genre comme catégorie d'analyse: Sociologie, histoire, littérature*. L'Harmattan.
- Wartmann, B. (1980). Verdrängung der Weiblichkeit aus der Geschichte: Bemerkungen zu einer “anderen” Produktivität der Frau. *Ästhetik und Kommunikation*, 40/41, 7–33.
- Wilke, S. (1988). *Zur Dialektik von Exposition und Darstellung: Ansätze zu einer Kritik der Arbeiten Martin Heideggers, Theodor W. Adornos und Jacques Derridas*. Peter Lang.
- Winter, B. (1997). (Mis)Representations: What French Feminism Isn't. *Women's Studies International Forum*, 20(2), 211–224.
- Wittig, M. (1980). La pensée straight. *Questions Féministes*, 7, 45–53.

Notas editoriais

Direito de primeira publicação

O artigo aqui traduzido foi publicado inicialmente na revista *GLAD! Revue sur le langage, le genre, la sexualité*, vol. 9, em 2020, sob o título “Traduire, c'est produire : les débats féministes sur le genre en France et en Allemagne”.

Referência do texto-fonte

Möser, C. (2020). Traduire c'est produire. Les débats sur le genre en France et en Allemagne, *GLAD!*, 9. <https://doi.org/10.4000/glad.1991>

Autorização de tradução

A presente tradução foi autorizada pela Revista *GLAD!* e pela autora, Cornelia Möser, por meio de e-mails enviados entre 20 e 30 de abril de 2024.

Conjunto de dados de pesquisa

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Licença de uso

Autores, autoras, tradutores e tradutoras, cedem à *Cadernos de Tradução* os direitos exclusivos de publicação da tradução em língua portuguesa, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional \(CC BY 4.0\)](#). Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista. Tradutores e tradutoras, em consenso com os autores e autoras, têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (por exemplo: publicar em repositório institucional, em website pessoal, em redes sociais acadêmicas, publicar uma tradução, ou, ainda, republicar o trabalho como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria da tradução e publicação em língua portuguesa nesta revista.

Publisher

Cadernos de Tradução é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. A revista *Cadernos de Tradução* é hospedada pelo [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo não representam, necessariamente, a opinião da equipe editorial ou da universidade.



Edição da seção

Andréia Guerini – Willian Moura

Normalização

Alice S. Rezende – Ingrid Bignardi – João G. P. Silveira – Kamila Oliveira

Histórico

Recebido em: 28-04-2025

Aprovado em: 09-10-2025

Revisado em: 13-10-2025

Publicado em: 12-2025

